



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E

HISTÓRIA (ILAACH)

HISTÓRIA - LICENCIATURA

**O CAPITAL FINANCEIRO E O NEOLIBERALISMO: UM NOVO MARCO NA
EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

**CAPITAL FINANCIERO Y NEOLIBERALISMO: UN NUEVO HITO EN LA EXPANSIÓN DE
LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL**

**ESTUDANTE: MATHEUS DE OLIVEIRA
ORIENTADORA: JULIANA F. S. PASINI**

**Foz do Iguaçu
2023**

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender as razões da expansão da educação superior no Brasil, entre os anos de 1990 e 2010, retomando o período histórico anterior que gerou a crise capitalista e desencadeou transformações na disputa entre capital e trabalho, que acarretou em reformas institucionais do Estado na educação, em específico a do ensino superior. O Banco Mundial foi um dos direcionadores dessas mudanças, sendo instrumentalizado por um compromisso de desregulamentação e financeirização do Estado. Realizado a partir de uma análise documental e estatística, os impactos e desdobramentos de duas décadas de políticas neoliberais na educação superior, na formação de oligopólios na educação, como consequência da transferência de fundos públicos ao setor privado, consolidam assim, um novo *ethos* educacional subordinado pelas dinâmicas do capital financeiro.

Palavras-chave: financeirização da educação; neoliberalismo; ensino superior.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender las razones de la expansión de la educación superior en Brasil, entre los años 1990 y 2010. Volviendo al período histórico anterior que generó la crisis capitalista y desencadenó transformaciones en la disputa entre capital y trabajo, lo que condujo a reformas institucionales por parte del Estado en la educación, en particular en la educación superior. El Banco Mundial fue uno de los impulsores de estos cambios, siendo instrumentalizado por una agenda de regulación y financiarización del Estado. Realizado a partir de un análisis documental y estadístico, los impactos y consecuencias de dos décadas de políticas neoliberales en la educación superior, en la formación de oligopolios en la educación, como consecuencia de la transferencia de fondos públicos al sector privado, consolidando así, un nuevo *ethos* educativo subordinado a la dinámica del capital financiero.

Palabras-clave: financiarización de la educación; neoliberalismo; enseñanza superior.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da elaboração do trabalho de conclusão de curso em História Licenciatura, pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), o qual busca analisar as causas da expansão dos Institutos de Ensino Superior (IES) privados ao longo das décadas de 1990 e 2010. Em grande medida, fundamentados por uma reformulação institucional da educação superior no Brasil, ancorados por transferências dos fundos públicos às instituições privadas e suas mantenedoras, por meio de programas como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999 e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), inaugurado no ano de 2004.

Como marco metodológico deste trabalho, tomamos a análise documental como uma das possibilidades de investigação. Aqui, é preciso entender “documento” como materiais escritos ou iconográficos produzidos por sujeitos que viveram no momento estudado (fonte primária) ou ainda, que foram coletados por sujeitos que não se encontravam durante dito momento, mas que fizeram o esforço de coleta de dados posteriormente (fonte secundária), (GODOY *apud* Junior *et al* 2021). Entende-se também, que ao fazer a análise, é preciso levar em conta, além da escolha do documento em si, o contexto, a utilização e a função do documento, já que todos são fundamentais para compreender os processos ocorridos durante a produção dele (FLICK *apud* Junior *et al*, 2021).

Essa escolha documental está diretamente atrelada a escolha e delimitação do problema a ser estudado e faz parte da pesquisa como um apoio teórico para uma hipótese e/ou para os objetivos do trabalho (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, *apud* Junior *et al*, 2021). Em paralelo a isso, utilizamos também da análise bibliográfica de documentos, seguindo a definição de Godoy (1995), estudando também fontes secundárias como direcionamento teórico para a análise documental. Deve-se perceber que foi estabelecido também, um método de análise de dados estatísticos descritivo (SILVESTRE, 2007), em que os dados são recolhidos a partir dos documentos, neste caso, as fontes primárias.

Portanto, em primeiro momento, é preciso realizar uma contextualização histórica, partindo do marco da disputa entre capital e trabalho (ANTUNES, 2009), entendendo alguns elementos como a crise do *Welfare State* e a diminuição do acúmulo de capital, como expressões fenomênicas das crises estruturais do capitalismo. Nos escombros desse ‘velho mundo’, surge um conjunto de ideias que, juntamente com um novo padrão de acumulação, reconfiguram os termos da relação capital e trabalho. O neoliberalismo, como é intitulado tal movimento, carece ser compreendido dentro de suas múltiplas determinações.

De forma paralela, é preciso compreender o movimento da mundialização do capital (CHESNAIS, 2001), na sua esfera financeira, sendo a manifestação real dos ideários neoliberais.

Para isso é preciso entender como os organismos multilaterais, em específico o Banco Mundial, orientaram, direcionaram e transformaram os sistemas educacionais dos países do Terceiro Mundo.

É perante esse contexto que as mudanças econômicas e institucionais da educação advém, de como o anos 1990 é marcado como período de adequações institucionais para o florescimento, na década seguinte, de um novo *ethos* educacional. Cujas transformações não demonstram nenhum sinal de desaceleração, por isso, é necessário entender a profundidade desses acontecimentos e quais foram seus desdobramentos.

2. A ASCENSÃO DO CAPITAL FINANCEIRO E A HEGEMONIA DO PENSAMENTO NEOLIBERAL

2.1 CONDICIONANTES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Para qualquer definição coerente sobre o neoliberalismo, primeiro é necessário fazer uma digressão histórica ao período entre o pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a década de 1970. Nos países da centralidade do capitalismo o padrão de acumulação e reprodução da vida material se caracterizava, como um modelo industrial que era centralizado pela produção e o consumo de massas, acentuando a divisão do trabalho, este não qualificado, que contava com o uso amplo da mecanização. Isto é, uma fragmentação das tarefas do trabalho, reduzindo-o ao conjunto repetitivo de atividades, das quais somados resultam no trabalho coletivo. Encontrando seu dinamismo produtivo na massificação do padrão operário-massa e em avanços tecnológicos que ampliaram essa padronização.

Tal padrão, denominado fordista, reproduzia um arranjo social que relegou ao Estado o papel de regulador da disputa entre capital e trabalho, forjando uma sociabilidade baseada no compromisso do Estado em garantir segurança social e ganho social para a classe trabalhadora, como medida apaziguadora dessas tensões. Tal arranjo, conhecido como *Welfare State*, ou Estado de bem-estar social, foi reflexo da centralidade do operário-massa nas economias de escala humanas, e por sua vez, o elemento contraditório que gerou o seu esgotamento (ANTUNES, 2009; BAROM, 2018).

É na década de 1970 que os países centrais do capitalismo começaram a mostrar sinais de desaceleração de suas economias e do esgotamento do padrão de acumulação fordista, podendo ser apontado três elementos centrais. O primeiro foi resultado da queda de produtividade do capital, por conta das lutas sociais que ampliaram o preço da força de trabalho nas potências centrais, ampliando a queda tendencial da taxa de lucro (ANTUNES, 2009). Essa diminuição da acumulação de capital, por sua vez, gerou um decréscimo na produção e nas taxas de investimento, que pressionaram de forma negativa o aumento dos salários e ampliaram as taxas de desemprego

(BRENNER, 1999). Tendo na ruptura dessa relação salarial a gestação do segundo elemento, a crise do *Welfare State* que se acentuou por uma contradição interna, dado pela incapacidade do Estado, dentro do molde fordista, em acentuar o desemprego estrutural que levou a uma crise inflacionária, visto que não houve a capacidade de realização do capital, ou seja: a diminuição do consumo em relação à produção.

Isso, somado ao impacto que seria gerado no sistema de seguridade social, agravou a situação fiscal, visto que, já existia uma necessidade de transferência de parte da riqueza pública ao setor privado, em razão do estancamento econômico (ANTUNES, 2009). O terceiro elemento se deu no surgimento de novas tendências que se apresentaram frente ao esgotamento do padrão de acumulação fordista. Uma delas se deu na esfera financeira, que apresentava crescente autonomia, já que mostrava sinais de alcançar um aumento nas taxas de lucro, dado que iniciava-se uma internacionalização da produção. Outra tendência, decorrente dessa internacionalização e da disputa intercapitalista, era a formação de outros padrões de acumulação e de dominação de classe que mostravam caminhos de mitigação da crise estrutural do capitalismo (BRENNER, 1999).

2.1.1 Mudança No Padrão De Acumulação E A Mundialização

Os novos arranjos que sinalizavam essa reestruturação surgem na transferência de setores produtivos importantes para além das fronteiras nacionais, como forma de recompor as taxas de produtividade. É a partir desse movimento de internacionalização do capital que ocorre a recomposição do capital a partir de outros termos, o da mundialização do capital financeiro. Esse novo padrão de acumulação que, assim dito por Chesnais (2001), citando Marx (2017), a finança tem como dinâmica o valor que valoriza o próprio valor, ou seja, dinheiro que produz dinheiro, sem nenhum processo produtivo que faça intermédio entre essas duas partes. Os juros e os dividendos são os elos que geram essa valorização. É um sistema que procura a maior mobilidade do capital, a lógica do capital portador de juros necessita da expansão de sua base de acumulação, procurando a maior rentabilidade e se movendo sem nenhum ônus sobre os investimentos - uma procura insaciável pela liquidez.

Com base nessa máxima da internacionalização se constitui a mundialização do capital. Nesse sentido surgem diferentes arranjos de organização do trabalho, entre eles o padrão de acumulação flexível japonês que dotava de uma maior racionalização do trabalho, requerendo um trabalhador mais qualificado, disciplinado e multifuncional, que respondia com êxito à introdução das tecnologias da informação no processo produtivo. A recomposição da produtividade do trabalho ocorre na intensificação da forma e do tempo do trabalho com o advento desse trabalhador polivalente (ANTUNES, 2009).

A potencialidade vista pela mobilidade do capital financeiro e o desenvolvimento de novas formas de organização do trabalho, encontraram no deslocamento de setores produtivos aos países periféricos, ditos do “Terceiro Mundo”, a solução de recompor a rentabilidade do capital e superar as limitações do *Welfare State*. Podendo ser averiguado no aumento de multinacionais, durante os anos 1980, da busca nos países periféricos custos reduzidos da força de trabalho, mercados consumidores e matérias primas (BARON, 2018; BRENNER, 1999). É nesse cenário que o capital internacional começou a influenciar o espaço político desses países, procurando reduzir os entraves da mobilidade desse capital financeiro

2.2 O NEOLIBERALISMO E AS SUAS DEFINIÇÕES

O neoliberalismo como um movimento político-ideológico, surge de forma reativa às políticas econômicas adotadas no *Welfare State*, do pacto social entre capital e trabalho e da regulação das relações de mercado. Esses foram objeto de crítica dos principais intérpretes do pensamento neoliberal, como Friedrich Hayek, na sua obra *O caminho da Servidão* (1944) e Milton Friedman, em *Capitalismo e Liberdade* (1962), que em linhas gerais, alegavam sobre os perigos da limitação das estruturas de mercado por parte do Estado, alertando sobre as consequências da restrição das liberdades econômica e política. O modelo de controle societal promovido pelo *Welfare State*, através desse “novo igualitarismo”, retirava o ímpeto concorrencial que era responsável pela prosperidade de todos. Até nesse sentido, alegavam a importância da desigualdade, como reflexo de uma sociedade positiva.

Tais proposições não ganharam fôlego durante a 'Era de Ouro' do capitalismo, das décadas de 1950 e 1960, porém, é a partir do estancamento econômico que eclodiu nos anos 1970 que isso se inverte. As afirmações do pensamento neoliberal sobre as causas da crise econômica, do aumento do custo da produção industrial e do gasto público em questões sociais que deflagraram processos inflacionários ao reduzir os níveis de lucros empresariais, teve nos sindicatos e movimentos operários os seus principais perpetradores, em razão da constante reivindicação por aumentos salariais e o aumento do gasto social por parte do Estado, que começaram a ganhar notoriedade frente a proposição de rearranjar os termos entre capital e trabalho, uma vez que, esses termos já vinham se deteriorando (ANDERSON, 1995).

É aqui que se apresenta a outra dimensão do Neoliberalismo, de formato econômico, que ganhou palco na década de 1970, quando teve as condições de se apresentar como uma alternativa concreta ao padrão fordista. O crescimento da esfera financeira e a ascensão do padrão de acumulação flexível japonês sinalizaram a necessidade de um novo arranjo institucional que amarrasse a disputa capital e trabalho aos moldes dessas novas tendências, de um Estado que fosse

forte na estabilização dos fluxos monetários, que para atingir tais objetivos seria necessário um grande controle orçamentário, alvejando principalmente os setores de maior gasto público e de maior intervenção estatal. A reestruturação do Estado se tornava um imperativo:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, (...) reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. (...) reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p. 2)

Tal reformulação ganha concretude ao longo das décadas de 1970 e 1980, a experiência mais significativa, a primeira na centralidade do capitalismo e ilustrativa do modelo neoliberal, foi na Inglaterra com a ascensão de Margaret Thatcher ao cargo de primeira ministra no ano de 1979. Um regime político marcado por grandes transformações que alinhou a Inglaterra para a nova divisão internacional do trabalho, ou seja, a destruição do compromisso do Estado na disputa entre capital e trabalho. Agindo para reduzir o impacto do setor produtivo estatal, através da privatização das empresas estatais e expansão do setor de serviço privado, em mesmo sentido restringiu a emissão monetária, ampliando as taxas de juros e retirando o controle sobre os fluxos financeiros. A soma desses fatores acarretou em uma enorme massa de desempregados e, com o processo de dissolução do Estado regulador, foi preciso desenvolver legislações que desregulamentam as condições de trabalho, flexibilizando os direitos sociais e criando um conjunto de normativas que constringiam as ações sindicais (ANTUNES, 2009; ANDERSON, 1995).

Apesar do desmanche do tecido social, o neoliberalismo na Inglaterra atingiu seus objetivos iniciais, como o controle da inflação e aumentos das taxas de lucro empresariais, consequência direta do aumento do desemprego. Todavia, não teve sucesso em atingir seu resultado final, o aumento das taxas de desenvolvimento econômico, em razão do impacto da abertura irrestrita dos fluxos financeiros que geraram uma inversão de prioridades, a dimensão especulativa se tornou mais interessante que a produtiva. Outro elemento é a carga que a desestruturação da vida social gerou ao Estado inglês, ampliando e não diminuindo, o gasto social, demonstrando que, apesar dos ataques ao *Welfare State*, ele não teve uma grande redução (ANDERSON, 1995). Com esses resultados econômicos não otimistas, os ideólogos neoliberais continuavam a replicar que as causas desse fracasso eram pelo "inchaço" do Estado. Portanto, o neoliberalismo só há de florir nas ruínas do *Welfare State* - o Mercado tornando-se regulador da relação capital e trabalho, relegando ao Estado a função de observador.

2.2.1 Neoliberalismo Na América Latina

O neoliberalismo como modelo econômico ganhou maior relevância no governo de Thatcher, na Inglaterra, porém é no Chile que ocorre a sua primeira experiência concreta, com a tomada do poder pelo ditador Augusto Pinochet (1973), sendo replicada posteriormente em terras britânicas. Nesse primeiro momento o neoliberalismo surge com traços antagônicos ao socialismo, representado pelo então presidente chileno Salvador Allende (1971-1973), atrelado a uma política econômica que teve como principal meta conter a hiperinflação, seguindo uma cartilha parecida de aumento de desemprego, fruto da desregulamentação do trabalho, repressão dos movimentos operários e privatização dos bens públicos (ANDERSON, 1995). Porém, diferente dos países centrais do capitalismo, não existia um sistema de seguridade social robusto como o do *Welfare State*, deflagrando um desarranjo do tecido social muito mais intenso do que o experienciado na Inglaterra.

Entretanto, é na virada da década de 1990 que o neoliberalismo ganha dimensão continental na América Latina com a subida ao poder de diversos presidentes que assumiram políticas econômicas neoliberais, como: Salinas (1988), no México, Menem (1989), na Argentina, Pérez (1989), na Venezuela, Fujimori (1990), no Peru, e Collor (1990), no Brasil (ibid.). Apesar das mudanças presidenciais, em quase todos os casos foram mantidas as agendas neoliberais até os anos 2000 e seguintes. Uma exceção foi o caso venezuelano.

O resultado não foi muito diferente do constatado na experiência inglesa, assim como aponta Baron (2018), parafraseando Freitas (2003), o caso latino-americano foi marcado por um aumento da desigualdade social, favelização das cidades, restrição dos direitos trabalhistas e do aumento do investimento e consumo de bens internacionais em detrimento dos nacionais. Mesmo que parecida a dinâmica de fratura do tecido social, existiu um elemento que agravava esse panorama: o da mundialização do capital financeiro que corroeu as capacidades produtivas dos países periféricos, esse avanço da competição intercapitalista, com o avançar da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, tinha por tendência desmontar e desestruturar essas capacidades, intensificando o grau de subordinação desses países (ANTUNES, 2009).

O modelo neoliberal é marcado por uma intensificação das desigualdades sociais e da doutrina do controle orçamentário como forma de aumentar as taxas de lucro empresarial, no caso latino-americano, parte desse montante vai para os fluxos de capital internacional. Porém, apesar de resultados econômicos débeis, o neoliberalismo mostra grande resistência no campo político e ideológico como modelo de dominação de classe, de tal sorte que, constituiu-se como a forma dominante na disputa entre capital e trabalho, não tendo no horizonte próximo, nenhuma perspectiva concreta que consiga impedir o seu avanço.

3. AS DETERMINAÇÕES DO BANCO MUNDIAL PARA O ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES “EM DESENVOLVIMENTO” E SUAS INSERÇÕES NO BRASIL (1990-2010)

As instituições multilaterais agem como alavanca para esse modelo econômico e político-ideológico. Um deles é o Banco Mundial, fundado em 1944 na Conferência de Bretton Woods, que teve como função inicial a reestruturação das economias dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial na Europa, e que posteriormente, no crescimento das tensões com o bloco soviético, foi usado como instrumento de incorporação do Terceiro Mundo para o bloco capitalista. Nos anos 1950 a 1970 o Banco Mundial se tornou um sustentáculo do desenvolvimento econômico desses países através de empréstimos, incentivando políticas industriais, a entrada no sistema de comércio mundial e em investimentos nos setores sociais. Todavia, é nos anos 1980, com a crise do endividamento dos países terceiro mundistas que o Banco Mundial aumenta sua influência, quando se coloca como negociador e garantidor do pagamento das dívidas externas a partir de certas concessões políticas e ajustes estruturais nas economias desses países. Indo desde a abertura comercial, as privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e reforma do sistema educacional (SILVA; AZZI; BOCK, 2008), tendo neste último elemento a concessão que nos cabe maior foco, da necessidade de um organismo multilateral em definir os direcionamentos da Educação de um país, cuja premissa é ser autodeterminado, e se colocando como instrumento de uma introdução forçosa a essa internacionalização.

Por quais razões se torna necessário uma reforma educacional e quais seriam os argumentos elencados pelo Banco Mundial, podemos encontrar pistas nos seus relatórios que tangem a questão educacional nos países “em desenvolvimento”. Um deles é o *Financing Education in Developing: A Exploration of Policy Options Countries* (1986) que traz a crítica sobre os métodos de financiamento do sistema educacional, que está vinculado à capacidade orçamentária do Estado de contar com um ambiente macroeconômico favorável para sua expansão. Essa argumentação surge, segundo o Banco Mundial, na diminuição do gasto público em resposta às recessões econômicas mundiais, no qual a educação perdeu relevância na disputa orçamentária, em um cenário de aumento das demandas de serviços educacionais. De forma paralela, tal situação é agravada pelo uso ineficiente desses recursos, questionando a divisão de gasto entre a educação primária, secundária e terciária. Visto que, o ensino superior possui muito peso no orçamento e detém um número baixo de estudantes, configurando um uso ineficiente desses recursos. Em um ambiente de escassez é preciso mudar a forma do gasto público, priorizando setores que geram mais retorno social e uma administração pautada na eficiência da alocação de recursos, tornando-se necessário retirar as assimetrias do sistema educacional, buscando maior equidade e outros métodos de financiamento.

Nesse sentido, é proposto um pacote de mudanças centrado em premissas como a realocação de recursos e a recuperação parcial dos gastos, expressas nessas medidas: a recuperação do custo investido no ensino superior; priorizar níveis educacionais que geram maior retorno social; o desenvolver de um mercado de crédito e um sistema de bolsas estudantis, preferencialmente no ensino superior; e o último, a descentralização do controle estatal nas instituições de ensino e no incentivo do crescimento de instituições privadas (WORLD BANK, 1986).

Já no primeiro relatório é possível observar a importância dada pelo Banco Mundial ao ensino superior para a reformulação do sistema educacional. É através da abertura dos seus modelos de financiamento que é possível retirar do Estado parte da carga orçamentária e relocar para níveis da educação que geram maior retorno social.

O segundo relatório, *Higher Education: Lessons of Experience* (1994), delinea quais políticas devem ser exploradas e fundamenta alguns direcionamentos norteadores:

- *Encouraging greater differentiation of institutions, including the development of private institutions
- *Providing incentives for public institutions to diversify sources of funding, including cost-sharing with students, and linking government funding closely to performance
- *Redefining the role of government in higher education
- *Introducing policies explicitly designed to give priority to quality and equity objectives (WORLD BANK, 1994, p. 26).

Em síntese, todos esses apontamentos sinalizam uma reconfiguração do ensino superior, estruturado pela relação autônoma entre estudantes e as IES, recaindo a eles a capacidade decisória de seus rumos. É a agudização de ideais mercantis, dos quais emulam a dinâmica entre “consumidor” e “fornecedor”, cabendo às IES o asseio da competitividade interinstitucional para atrair esses novos “consumidores” e dos estudantes de decidirem em quais instituições podem estudar. Porém para que haja sustentação é necessário criar estruturas que garantam a autonomia de escolha dos estudantes e das instituições. Surge assim, a fundamentação por trás desses norteamentos, a alternância dos esquemas de financiamento é o marco fundamental para que ocorra essa reformulação, representado pela máxima: liberdade econômica é geradora de autonomia.

Essa constatação pode se dar de formas distintas, por exemplo, para as IES públicas é de mobilizar maiores recursos privados, através do compartilhamento de custo com os estudantes, cobrança de mensalidades, doações dos graduandos e atividades geradoras de renda, como pesquisa e consultoria. No entanto, para não gerar uma distorção no acesso, e desenvolver a autonomia dos estudantes, é preciso desenvolver um sistema de bolsas, baseando-se no mérito e na condição sócio-econômica, e em esquema de empréstimos estudantis para alunos carentes. Todos esses mecanismos, segundo o Banco Mundial, são para corrigir os problemas do financiamento

centralizado na figura do Estado, que cria distorções e privilegia o acesso a um grupo restrito da população. Essas novas formas de financiamento buscam superar a desigualdade do acesso, dando maior equidade ao sistema.

Em linhas gerais, os relatórios repensam o papel do Estado na sua relação com a Educação, a tal ponto que, retira a sua centralidade e propõe outra sistematização, essa orientada pelos mecanismos de mercado. Junto a essa transformação, também surge uma nova perspectiva de Educação, assim como aponta Laval (2003), é crescente a orientação do conhecimento na atividade econômica, portanto se desenvolve um modelo educacional que renega a importância do conhecimento cultural, político e social para uma que valoriza apenas a dimensão econômica. Em essência esse projeto de reforma é a adequação do Estado e da Educação aos moldes da mundialização do capital, que usa da formatação ideológica do Neoliberalismo como motor de propagação desses ideais. Nesse sentido, na mercadorização de todas as dimensões da vida, a educação, nesse arranjo, se torna mais um bem privado. Cabendo a nós descobrirmos como essas dinâmicas adentram o território brasileiro e quais são seus impactos no sistema educacional, em específico, no ensino superior.

3.1 A DÉCADA DE 1990 COMO PERÍODO DE CONFORMAÇÃO DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE EDUCACIONAL NO BRASIL (1990-2000)

A entrada dos ideais neoliberais em território brasileiro estão relacionadas com a movimentação de reforma do Estado, visto que essa surgiu como medida para acabar com as crises inflacionárias, que assolavam o Brasil desde os anos 1980 e prosseguiram para a década de 1990. Para isso, era preciso repensar o papel do Estado, colocando na mundialização a possibilidade de superação desse quadro. Portanto, é na década de 1990 que iniciou-se um processo de adequação do Brasil às mudanças internacionais, da mundialização do capital na formatação de reforma do Estado.

Isso nos dá a possibilidade de repensar os termos usados para compreender esse período transitório entre os anos 1980 e 1990, a primeira década como um período transitório entre o modelo desenvolvimentista latino-americano, tendo nesse período sua maior crise, conhecido como a “Década Perdida”, a segunda que é o momento de preparação para a modernização, seguindo a “tendência global” - do arcaico e ultrapassado, para o moderno (BARON, 2018). Apesar do neoliberalismo já ganhar projeção com a eleição Collor (1990-1992), ocorrem algumas transformações, a que cabe atenção aqui a abertura de fluxo de capitais internacionais e a desregulamentação financeira promulgada pelo Banco Central em 1992. Sendo com a subida de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao cargo da presidência em 1995, marcando um dos principais

eventos na guinada das políticas neoliberais no Brasil, declarando a sua principal volição a da “modernização” institucional, privatizações e abertura parcial da economia (PAULANI, 2006). Sinalizou-se assim, um importante momento de mudanças nos rumos da educação brasileira.

Porém, a década de 1990 não inaugura o ideal de Educação como um bem privado, isso foi herança da lógica educacional pós-secundária do período da ditadura empresarial-militar (1964-1988), que já se encontrava em “um avançado processo de mercantilização do ensino”(SEKI 2021, p.3). O que ela representa é a intensificação desse processo e que a sua realização foi pensada nos termos da financeirização. Assim, a abertura democrática brasileira efetivada pela formação da Constituição Federal Brasileira (CF) de 1988, não tocou na trajetória elitista do ensino superior e até mesmo a continuou, como apontado por Chaves e Amaral (2019), a CF de 1988 vincula o financiamento da educação como um dever do Estado, com recurso dos fundos públicos, das famílias, no pagamento de mensalidades, e na colaboração da sociedade, na interação com empresas e indústria. No caso do ensino superior, afirmam um grau maior de subjetividade, pois ela apresenta que o acesso a níveis maiores da educação é dado a partir da capacidade de cada sujeito.

O cenário que se apresenta entre os anos 1990-95 das IES é, segundo o documento de *Evolução do Ensino Superior - graduação 1980-1998* (INEP, 2000), de um crescimento modesto dos números de matrículas, com uma taxa média anual de 2,8%, numa divisão entre matrículas das IES públicas de 37,5% e das IES privadas de 62,5% no ano de 1990, porém 5 anos depois é aferível o aumento das matrículas das IES públicas em 3% quando comparada às das IES privadas. Isso ocorre, em grande medida, pelo crescimento negativo das IES privadas nos anos de 1991-92, chegando a -5,5% quando comparado ao ano de 1990. Ainda que advindo de um quadro econômico complicado, o ensino superior privado compõe a maior parte desse nível da educação, não demonstrando nenhuma mudança nesse cenário, visto que, já em 1994 ocorre a retomada de seu crescimento.

Entretanto, isso alcança novas projeções com a aprovação da Lei N° 9.394/1996, definidora das diretrizes e bases da educação nacional (LDB), indo a favor das diretrizes internacionais, promovendo medidas como: aumento do crédito estudantil, incentivo ao crescimento de instituições privadas, estímulo às IES públicas a procura de financiamentos no setor privado, junto com um contingenciamento em seus recursos do setor público e de transformação do seus processos de gestão e regulação. A LDB/96 propulsionou o crescimento do setor privado ao legalizar instituições educacionais com fins lucrativos, liberalizando a oferta educacional para a iniciativa privada (CHAVES, 2010). Ao se deparar com o crescimento das IES privadas no período pós-LDB é possível ver seus impactos: enquanto a taxa de crescimento das matrículas chegou a 10% entre os anos de 1990-95 a das instituições privadas foi de -1,7%. Quando comparado ao período entre 1996-00, as matrículas tiveram um acréscimo de 59,5% e as instituições privadas um aumento de

41,2% (INEP, 2000; INEP, 2001). Em termos gerais, essa explosão de IES privadas é resultante da inserção de uma nova perspectiva educacional, da relação mercantil do ensino. Entretanto, esses resultados são uma relação da LDB/96 com outros decretos e leis que intensificaram esse cenário.

Logo, três legislações complementares levaram destaque nessa expansão: o decreto Nº 2.306/97, que aumenta a flexibilidade das instituições superiores, deflagrando uma brecha do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (DOURADO, 2002), uma das premissas reconhecidas pela CF de 88; a Lei Nº 9.870/1999, que libera “a abertura de capital e operação na bolsa de valores de empresas do setor de educação superior.” (BRETTAS, 2019, p. 12), por último, a criação do FIES através da Medida Provisória Nº 1.827/1999, que mudava o funcionamento do crédito estudantil, atrelando os pagamento as IES por certificados federais de dívida contra o Tesouro nacional, que eram contabilizado direto nos caixas, de forma líquida, dessas instituições (SEKI, 2020). Em outros termos, foi o uso da dívida pública como garantia de ganhos que possibilitou a expansão do ensino superior privado.

Mesmo com a participação direta do Estado brasileiro na expansão das IES privadas, é possível pensar que essa pulsão foi igualmente intensa no crescimento das IES públicas. No entanto, o cenário se apresenta como outro, isso porque não houve uma política de ampliação do financiamento público, de forma contrária houve um recrudescimento dos recursos públicos, em específico para Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), isso foi em razão da falta de elaboração de um Plano Nacional da Educação (PNE) pós-LDB que vinculasse despesas das instituições ao da arrecadação da União, algo que é evidenciado pela dissincronia desses dois elementos em relação distribuição dos recursos públicos (CHAVES; AMARAL, 2019), implicando a falta de uma política pública que alinhasse o crescimento econômico do país com a expansão da oferta do ensino superior público.

Nesse sentido, o processo de mercantilização é acelerado por outro direcionamento da União, na forma de instaurar uma nova institucionalidade na educação, pautada pela racionalização de recursos. Nessa articulação, o Estado passou a ser um ente regulador e controlador dos serviços educacionais, através da criação de instrumentos avaliativos e de credenciamento. Todavia, já era possível ver implementações dessa sistematização em momentos anteriores a aprovação da LDB/96, exemplificado:

(...) Lei nº 9.131/95, que regulamentou o Conselho Nacional de Educação e instituiu avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, resultando, desde a edição da Portaria nº 249/96 do MEC, nos exames nacionais de cursos (ENC-Provão); o Decreto nº 2.026/96, definindo os procedimentos para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos (DOURADO, 2002, p. 242).

Tais processos avaliativos e a configuração arbitrária de seus critérios fomentam a competitividade entre as IES, inserindo um mecanismo capaz de alterar os processos

administrativos das instituições e realinhando seus horizontes. Isso é dado na reconfiguração da cultura institucional norteadas por critérios mercadológicos de disputa e do aumento da produtividade, uma forma do Estado mediar essas concorrências e controlar os processos de gestão e regulação das instituições, visto que é ele que define os padrões de qualidade e os “vencedores” dessas disputas interinstitucional.

A década de 1990, em particular o período pós-LDB, configurou um alinhamento do Estado brasileiro com as diretrizes internacionais promulgadas pelos organismos multilaterais. Consequência de uma conjuntura que uniu elementos históricos, políticos e econômicos, que permitiram uma maior capilarização de discursos de “mudança das coisas”, que assumiram nesse contexto a forma de Reforma do Estado e da Educação, lançando para a próxima década um panorama que aponta para a continuidade da expansão do setor privado no nível terciário da educação.

3.2 A PRIMEIRA DÉCADA DO MILÊNIO E A CONTINUAÇÃO DO PROJETO NEOLIBERAL (2001-2010)

A primeira década do novo milênio começou em ritmo acelerado, uma nova era que trazia consigo novas possibilidades, marcada por disputas antagônicas de visão de Mundo, porém na prática não se mostraram fortes o suficiente para romper com as tendências que surgiram na década passada. O milênio começava em meio ao segundo mandato de FHC (1999-2002), que continuou sua agenda de reforma do Estado, recrudescendo as metas de inflação e fiscais. Logo em seguida viria a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que sinalizava a retomada de outra perspectiva educacional, pautada em uma formação cidadã, visto que sua eleição foi fruto de movimentações populares e do campo intelectual da esquerda. Entretanto, no que tange às políticas educacionais do nível superior, sua ação foi de continuidade e manutenção das políticas neoliberais.

Retomando ao começo da primeira década, a LDB/96 determinou a necessidade de criação de uma PNE pela União, indicando diretrizes e metas a serem alcançadas, com elaboração da sociedade civil e órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (DOURADO, 2002). Porém sua efetivação ocorreu apenas com a Lei nº 10.172/01 e seu prazo de vigência foi entre os anos 2001 a 2011, um marco para essa década de manutenção das políticas neoliberais, reafirmando as diretrizes da LDB/96 e lançando metas inalcançáveis, se expressando na meta estabelecida pelo PNE (2001) de alcançar uma oferta de 30% para as faixas etárias de 18 a 24 até 2010. Um objetivo difícil de ser alcançado, visto que, em 2000, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014), chegava apenas a 9,1%.

A falta de direcionamento e de incremento dos esquemas de financiamento educacional questiona a possibilidade de alcançar tais objetivos, afirmado no veto ocorrido no governo de FHC em vincular 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para o financiamento da educação, veto esse, que não foi discutido pelo governo Lula. O recurso gasto com o ensino superior era de 0,8% do PIB em 2010, mantendo essa média de gasto desde os anos 2000 (CHAVES; AMARAL, 2019), apresentando um cenário pouco provável do financiamento público alcançar a meta prevista até o final da vigência do PNE.

É nesse cenário, de estagnação do investimento público, que políticas como o FIES e o PROUNI se apresentam como modelos capazes de expandir o acesso ao ensino superior, em meio à junção da iniciativa privada e dos fundos públicos. O PROUNI é um programa de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais criado por meio da Medida Provisória nº213, no ano de 2004, idealizado pelo governo federal no primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). Sua articulação visa a isenção fiscal das IES privadas como mecanismo de estímulo para a criação de bolsas e também como modo de preencher as vagas ociosas nas IES privadas, por conta da insuficiência do crédito estudantil (SEKI, 2020; BRETAS, 2019).

A convergência de uma política de crédito estudantil (FIES), que garantiu as mantenedoras e as IES privadas balanços contábeis positivos, por meio de certificados da dívida pública, que por definição da União deveriam ser usados apenas para fins previdenciários e de tributos federais, e uma política de criação de bolsas de estudo (PROUNI), realizada a partir de isenções tributárias, aparentam ser políticas dissonantes, ambas focadas no mesmo princípio, o de incentivo fiscal. Ainda mais quando contrastado que o FIES começou a conceder financiamento aos estudantes que recebiam bolsas parciais (50%) do PROUNI (GEMAQUE; CHAVES, 2010) a partir de 2005. Entretanto, o que, em primeiro momento, aparenta ser uma incongruência, é na realidade um cenário mais complexo com um planejamento mais elaborado, precisamente quando relacionada com a abertura, entre os anos de 2007 e 2010, da comercialização dos títulos da dívida pública, advindos do FIES, em praças financeiras. A união dessas duas políticas gerou, em seu duplo movimento de acúmulos e desonerações, um panorama na qual as IES privadas conseguiram crescer seus montantes de certificados da dívida pública, os inserindo como indexadores de seus valores no mercado, ou seja, um crescimento de seus valores de mercado por meio dos fundos e subsídios públicos (SEKI, 2020).

Nesse sentido, o direcionamento das políticas educacionais apontam a ampliação do setor privado como objeto central para o alcance das metas propostas pela PNE, e embora ocorreu medidas do Estado brasileiro como o de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007, pelo Decreto N° 6.096/07, sendo um programa de expansão e reestruturação da educação superior federal, que incrementou o orçamento de forma considerável,

usando a premissa de melhorar o aproveitamento dos recursos humanos e das estruturas físicas já existentes, foi ao mesmo tempo, um reforço do princípio de reforma das lógicas administrativas de adentraram a educação terciária na década passada (GEMAQUE; CHAVES, 2010).

Dentro desses múltiplos movimentos, o incentivo ao setor público se torna pálido em comparação ao do setor privado, isso é corroborado na continuação do crescimento das matrículas e da criação de novas instituições privadas ao longo da década de 2010. Comparando às taxas de matrículas e a ampliação de IES entre os anos 2001 e 2010, as IES privadas tiveram um aumento de 126,5% das taxas de matrículas e de 73,8% em relação a quantidade de instituições, que quando comparada ao setor público, para cada 1 IES pública, existem 7,5 IES privadas. Isso implica em um aumento da capilarização da esfera privada na educação superior, enquanto que nos anos 2001 a proporção de matrículas era de 31,1% para as pública e 68,9% para as particulares, em 2010 essa diferença se estendeu em mais de 5%, fazendo com que as IES particulares representassem 74,2% do número total de matrículas neste ano. Mesmo com programas como o REUNI que expandiram o número de IES públicas, um acréscimo de 51,9% (2001-10), com uma expansão considerável de suas matrículas, em volta de 75% (2001-10), não foi possível reverter esse cenário (INEP, 2012).

Em grande medida, o perpetrador desse processo de ampliação da dimensão privada no ensino superior é o Estado brasileiro, mesmo atravessado por governos presidenciais com visões antagônicas, essa dinâmica não teve nenhuma desaceleração, pelo contrário, são claras as evidências de seu ímpeto e *momentum*. A reversão desse quadro se mostra bastante difícil, uma vez que, é ainda necessário compreender os impactos dessa proliferação, saindo de métricas como o número de matrículas e instituições, buscando outras perspectivas que mostram com mais clareza outras dimensões afetadas por essas políticas educacionais. Em suma, um balanço dos impactos de quase 20 anos sobre o regime neoliberal e quais legados ele deixou para o Brasil.

4. OS RESULTADOS DE 20 ANOS DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO ENSINO SUPERIOR

A mercantilização da educação pode ser pensada como o principal motor dessas transformações que ocorreram ao longo de duas décadas, o resultado de conexões mais profundas vinculadas às transformações estruturais do capitalismo. Em momentos de crises o Capital apresentou uma resiliência e capacidade de transformação impressionante, não obstante, as mudanças nessas décadas foram pautadas pela intensificação da exploração da força de trabalho e de um rearranjo institucional do Estado para comportar a expansão do capital, que entrou em sua forma mundializada. Nesse processo, estruturas de pensamento voltadas ao desenvolvimento

nacional se transformaram em obsoletas, trazendo à tona uma necessidade de se encaixar nesse mundo agora mundializado.

Esse movimento transmutou todos os aspectos da vida material, subjugada pela dinâmica do capital financeiro, em que a Educação como princípio e ação não saiu ileso. Se os anos 1990 foram o período de nascimento de um novo *ethos* educacional, a década de 2010 foi o período em que ele amadureceu. O modelo neoliberal de ensino é objetivado por transformações baseadas na produtividade e na competitividade, centrada numa gestão educacional de controles e objetivos padronizados (LAVAL, 2003). Ou seja, um padrão educacional voltado para formar uma classe trabalhadora que esteja alinhada com o regime de acumulação flexível, do trabalhador polivalente, responsável por suas próprias decisões, com competências comunicacionais e adaptativas. Portanto, uma Educação pautada exclusivamente na existência da vida humana subordinada à vida profissional. Não é atoa que, a expansão das IES focaram apenas na dimensão do ensino, com as faculdades compondo 85,2% do número total de instituições no ano de 2010 (INEP, 2012), e relegando as áreas de pesquisa e extensão.

De tal sorte, que a negação dessas outras dimensões deram aos estudantes um processo educacional débil, restringindo o ensino superior ao papel de garantidor de uma profissão. Entretanto, tal formação débil não impactou apenas os estudantes; aos docentes, lhe são atribuídos outra gama de desafios no exercício de suas profissões. Ao longo da década de 2010, foi possível observar uma degradação das condições de trabalho dos professores no nível superior. Isso ocorreu por meio da expansão do setor privado que prioriza um regime de contratação de tempo parcial e por hora, intensificado pelo aumento da relação docente/aluno. No ano de 2001 para cada 1 professor existiam 13,8 alunos, no entanto, esse número chegou a 18,5 em 2010 (INEP, 2012). A intensificação da exploração do trabalho docente se vincula à crescente privatização da esfera educacional e da transformação do professorado em apenas “componentes abstratos dos dados de eficiência e de performance sobre os capitais investidos” (SEKI, 2021, p. 52). Nesse sentido, os professores se tornam ativos financeiros que são valorados na sua capacidade de retenção do alunato, ou um mero número nas balanças contábeis.

A mera compreensão da mercantilização da educação também não consegue nos apresentar o panorama geral, nela está inserida a dinâmica da financeirização, conectando as IES privadas e suas mantenedoras às instituições financeiras. O capital portador de juros busca rentabilidade como sua máxima, em termos práticos, ele impõe uma nova temporalidade à educação, colocando à disposição dos calendários contábeis (SEKI, 2021). Porém, dentro dessa dinâmica, ocorre de forma paralela a acumulação e centralização de capital, que no setor educacional, se apresenta com o surgimento de oligopólios de ensino, com a possibilidade de captação de recursos e abertura de seus capitais nas praças financeiras. A partir de 2007, ocorre uma “explosão” no movimento de fusões e

aquisições, formando verdadeiros gigantes da educação, marcado pelo surgimento de quatro grandes empresas educacionais:

(...) a Anhanguera Educacional S.A., com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a empresa SEB S.A., também conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, com sede em São Paulo (CHAVES, 2010, p. 491).

Ao conseguirem adentrar as praças financeiras e absorver grandes montantes de capital, em sua grande maioria estrangeiros, iniciam um processo de “bola de neve” na compra de IES menores, acentuando a centralização desse segmento. Em razão desse crescimento, os oligopólios de ensino conseguem operacionalizar em uma escala ampliada, reduzindo o custeio de materiais e equipamentos. Com essa centralização, é ampliado o poder de barganha dos oligopólios sobre os salários, restringindo a capacidade de negociação dos trabalhadores, fruto de sua extensão no mercado educacional. Tal redução de custo, causa a redução do preço das mensalidades, o que inviabiliza a operação de instituições menores que posteriormente são absorvidas pela incapacidade de competir com essas empresas maiores (CHAVES, 2010; SEKI, 2021).

A padronização da esfera financeira condiciona uma extensão da acumulação de capital, a níveis outrora nunca visto, no caso de sua entrada do nível terciário da educação, o ponto inicial é dado na vinculação da dívida pública e as desonerações fiscais promulgadas pelo Estado. Um mecanismo um tanto característico da década de 1990, a vinculação desse passivo público em ativos na forma de crédito e juros do setor privado (CHENAIS, 2001). Logo, a expansão do mundo financeiro é dado em relação direta com o endividamento dos governos, isso pode ser observado em mecanismos como o FIES e o PROUNI, que garantiu balanços contábeis positivos as IES e suas mantenedoras, que por meio dos títulos públicos tornou viável a sua fusão com os fundos de investimentos e bancos (SEKI, 2021). Que logo depois se fundiu com os fundos de investimento internacionais, realizando o passo final para a mundialização do capital.

Por detrás de todas as relações de transferência de riqueza pública para os capitais privados, se encontra o endividamento dos estudantes e suas famílias, num vislumbres que a formação superior pode acarretar em uma melhoria das suas condições de vida. O lema da ‘democratização do ensino superior’, hasteado com vigor tanto pelo governo de FHC, quanto no de Lula, criaram a narrativa que a fusão entre a dimensão pública e privada concretizaria a ampliação do acesso, o que de fato o fez, todavia, suas consequências foram o controle econômico e político da educação terciária por um grupo limitado de grandes corporações, que agora atreladas ao capital internacional, ganham dimensões difíceis de serem mensuradas. Mas uma coisa é certa, a mercantilização do ensino agora chegou em seu estágio de maturação.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as razões do crescimento do ensino superior na década de 1990-2010, nessa trajetória foi preciso regredir historicamente aos anos 1980, abarcando a ruína do *Welfare State* e o despertar de uma nova organização do trabalho, vinculada a mundialização do capital financeiro. Nesse processo, ocorreu a conformação de um novo arranjo internacional, pautada no alastramento ilimitado da financeirização de todas as dimensões da vida. Tal forma de reprodução social, incutiu ao Estado o papel de reconfigurar os termos entre capital e trabalho.

Com esse rearranjo, o ideal político-ideológico neoliberal encontrou um cenário favorável para o seu alastramento, a simbiose entre o capital financeiro e o neoliberalismo adotou na reforma do Estado, principalmente na desregulamentação financeira e do trabalho, os pontos de mediação dessa transição, usando de uma conjuntura de crise econômicas e altas inflacionárias, um processo estruturante do capitalismo, para alavancar a execução dessas reformas. No Brasil, os anos 1990 foi marcado por tal dinâmica, pode ser observado um agravamento de políticas institucionais que sinalizavam para uma desregulamentação da educação, proporcionando e induzindo um crescimento das IES privadas. Tendo nos primeiros anos do milênio a ampliação desse quadro, no qual o Estado foi indutor direto o crescimento, por meio do fisco e desonerações atreladas a dívida pública, que proporcionaram em primeiro momento a centralização dos capitais de ensino em âmbito nacional e, posteriormente, com a eliminação das restrições de investimento estrangeiro, as fusões com o capital internacional, potencializando ainda mais a centralização desse segmento. O conjunto dessas medidas ocorreram em detrimento do endividamento público e das famílias dos estudantes.

Os próximos anos apresentam uma conjuntura não muito favorável, os sinais indicam a continuidade da neoliberalização da educação. Entretanto, tal dinâmica não está alheia à luta de classes, pelo contrário, é uma constatação desse fenômeno. O Estado aqui se apresenta como um instrumento de dominação da classe detentora dos meios de produção sobre aquela que vive de salário. A organização da classe trabalhadora se torna o único instrumento capaz de conter essa tendência, o horizonte não parece muito promissor, mas o sol há de brilhar no nascer de um novo mundo - livre da sociedade de classes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanços Do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BAROM, W.C.C. América Latina, identidade latino-americana e ideologia neoliberal. In: CERRI, L.F., ed. **Os jovens e a História: Brasil e América do Sul**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, p. 211-257.
- BRENNER, R. A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do Neoliberalismo à Depressão?. **Revista Outubro**. São Paulo, p. 7-18, 1999.
- BRETAS, T. As Bolsas, O Crédito E Os Fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 7-18, 2019.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política De Financiamento Da Educação Superior Brasileira No Governo Lula Da Silva. **UFPA**, 2012-2014.
- CHAVES, V. L. J. Expansão Da Privatização/Mercantilização Do Ensino Superior Brasileiro: A **Formação Dos Oligopólios**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, 2010.
- CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de financiamento da educação superior—análise dos Planos Nacionais de Educação pós-constituição/1988. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 43-55, 2014.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, p.7-28, 2001.
- CORBUCCI, P. R., Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, **Texto para discussão - Evolução Do Acesso De Jovens À Educação Superior No Brasil**. Brasília: Rio de Janeiro, 2014.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 234-252, 2002.
- GEMAQUE, R. M. de O.; CHAVES, V. L. J. Perfil da expansão no setor público e privado e financiamento da educação superior brasileira pós-LDB. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 30, p. 71-91, 2010.
- BRASIL. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Evolução do Ensino Superior-Graduação 1980-1998**. 2000.
- _____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Sinopse estatística da educação superior – 2000**. 2001.
- _____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Sinopse estatística da educação superior – 2001**. 2002.
- _____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da educação superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010**. 2011.
- _____. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico**. 2012.
- JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo editorial, 2019.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J.C.F.; NEVES, L.M.W. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107.

PSACHAROPOULOS, George et al. **Financing Education in Developing Countries: An Exploration of Policy Options**. DC: The World Bank, 1986.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior**: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. 436 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

SEKI, A. K. Apontamentos Sobre A Financeirização Do Ensino Superior No Brasil (1990-2018) **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.48-71, 2021.

SILVA, C. C.; AZZI, D.; BOCK, R. A concepção do Banco Mundial sobre desenvolvimento e educação. In: Haddad S. (org.) *et al*, **Banco Mundial, OMC e FMI: impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 17-28.

SILVESTRE, António. **Análise de dados e estatística descritiva**. Lisboa: Editora Escolar, 2007.

WORLD BANK. **Higher education: The lessons of experience**. DC: The World Bank, 1994.